



GT 49. Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenador(es):

Isadora Lins França (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedor/a: Heloisa Buarque de Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 2 - Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor/a: Júlio Assis Simões (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Sérgio Luís Carrara (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As últimas décadas têm assistido a transformações importantes no campo de gênero e sexualidade no Brasil, em direção à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades, partindo da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam – e constituem-se mutuamente – com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras. O objetivo deste GT é reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam uma reflexão pertinente ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) das dinâmicas relacionadas à violência nas suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) dos intrincados processos de subjetivação relacionados a gênero e a sexualidade e da produção de corpos e sujeitos; 3) da constituição de territorialidades e dos processos envolvendo circulação, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) das transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

Vida cotidiana, nomeações e vulnerabilidades: reflexões sobre modos possíveis de compreender violências sexuais em favelas

Autoria: Carolina Parreiras Silva (USP - Universidade de São Paulo)

O objetivo desta apresentação é refletir sobre algumas questões que desenvolvi em minha pesquisa de pós-doutorado. O eixo central desta pesquisa foi a ocorrência de diferentes formas de violência sexual contra adolescentes em favelas do Rio de Janeiro. A partir de pesquisa etnográfica, que envolveu o acompanhamento da vida cotidiana de adolescentes e suas mães, busquei compreender como os casos de violência sexual foram nomeados e classificados dentro das categorias locais. Em termos metodológicos, minha aposta é no cotidiano, na vida ordinária, na medida em que esse se mostrou o modo mais adequado para encontrar estratégias de escuta que pudessem captar as categorias de classificação, as convenções e as narrativas. É importante ressaltar que utilizo o nome violência sexual como termo guarda-chuva para uma série de atos que não necessariamente ganham esta classificação entre os/as sujeitos de pesquisa. Além disso, foi um desafio deste estudo lidar com o caráter invisível, íntimo e silencioso destas violências, visto que



apenas em situações extraordinárias eles ganham o espaço público da comunidade. Na medida em que se trata de territórios militarizados, localizados nas margens do Estado (Das e Poole, 2008) e marcados pela ocorrência cotidiana de diferentes tipos de violências (da polícia, do exército, da facção que controla o território) parecem ser estas as violências facilmente detectáveis e assim nomeadas. É, portanto, na relação entre formas públicas e privadas de violência que se tornou possível compreender como localmente se dá a nomeação destes atos. Minha argumentação se baseia em dois casos etnográficos exemplares que quebram o padrão de silêncio e invisibilidade: a ocorrência de um feminicídio e de um estupro. Utilizo então as narrativas de adolescentes e de suas mães comentários que circularam na comunidade sobre estes casos, buscando compreender como eles, ainda que pareçam extraordinários em um primeiro momento, são reveladores do caráter ordinário das violências e especificamente das violências sexuais e de gênero. O conceito de vulnerabilidade ? tomado como relacional ? é fundamental, na medida em que permite entender como há a sobreposição de tipos de violência e também os modos intrincados pelos quais se cruzam marcadores sociais da diferença, como gênero, sexualidade, raça, classe social e geração.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: